

GILMAN, Sander; THOMAS, James. 2016. Are Racists Crazy? How Prejudice, Racism, and Antisemitism Became Markers of Insanity. New York: New York University Press.

Felipe Moreira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)

pileef@gmail.com

A obra de Gilman e Thomas empenha um resgate genealógico que evidencia a plasticidade e disputa dos conceitos de raça e racismo do século XIX até os dias de hoje. A formação interdisciplinar de ambos possibilita uma análise múltipla, de bibliografia rica e complexa historicidade da temática racial nos últimos três séculos. Formados em História, Literatura Americana, Sociologia e Psicologia, respectivamente, constroem um mosaico de percepções histórico-culturais, evidenciando as disputas do discurso científico junto às políticas governamentais da época, pela enunciação e legitimidade dos diagnósticos e tratamento das questões raciais. A disputa territorial e conceitual dos poderes políticos em conflito com os próprios grupos marginalizados (que começam a entrar nesta disputa epistemológica) alimenta a retórica científica. O racismo se renova no tempo, ecoando em toda sua imbricação histórica e política, produzindo um discurso contextual sempre em disputa.

O trajeto do livro traça as contradições internas, disputas entre as próprias ciências psi – psiquiátricas, psicológicas e psicanalistas – e o saber médico anatômico frente à luta dos próprios grupos que buscam protagonizar sua história. Dos rascunhos do biopoder no séc. XIX, pautado no inatismo identitário pela raça, vai-se ao mapeamento genético de nosso período, ávido pelo descobrimento e manipulação molecular que nos definiria. A mudança epistemológica do racismo como patologia reconhece a luta social, mas parte do mesmo determinismo biológico criticado nas ciências sociais.

O bioevolucionismo do séc. XIX explica as enfermidades mentais pela herança genética e pré-disposição nas minorias étnicas, apoiado em dados estatísticos tendenciosos (contestados anos depois). Médicos e intelectuais judeus e negros da época começam a repensar tais afirmações, vendo a segregação racial e a diáspora de seus povos como causadores destas enfermidades. Quebram o fio discursivo intelectual e desvitimizam seus grupos. A “loucura judia”, começa a ser vista como antisemitismo internalizado.

A ciência euro-americana da época servia às políticas de dominação (a escravidão negra e soberania nacional antissemítica), como demonstra o termo “drapetomania” de 1851 - a patologização da resistência contra a escravidão. Os poucos médicos negros ou judeus da época não fugiam ao determinismo da “incapacidade racial” de adaptação, “fraqueza inerente” ou “cérebro primitivo” de seus povos. Reconheciam-na, mas divergiam em seu tratamento, crendo na solução pela emigração auto iniciada pelas comunidades, em movimento de resgate identitário. A própria solução do Sionismo como resposta era vista como sinal de uma neurose judia em si, desejo de segregação e paranoia social.

Avançando a discussão para fins do séc. XIX e meados do XX, os autores chamam de “queima lenta” os anos de estagnação nas ciências comportamentais e sociais da época. O bioevolucionismo ainda explicava as diferenças culturais. A estrutura social começará a ser aceita como explicação teórica nas dinâmicas sócio-raciais só no começo do séc. XX - pelo trabalho sociológico e estatístico de W. E. B. Du Bois, pouco reconhecido em sua época e resgatado a partir de 1920 pela Escola de Chicago (EUA). Porém, só em 1930 o pensamento social será valorizado para além da dicotomia evolucionista entre primitivo e moderno graças à influência de Boas.

Ainda assim, a abordagem social para compreender os conflitos sociais ainda será atacada, pois a partir de 1895, a ideia de “multidão” surge dos conflitos urbanos na América do Norte, sendo usada para explicar demonstrações de preconceito e violência coletivas como não habituais e sim passíveis de ocorrer quando o indivíduo se dissolve na multidão, perdendo sua civilidade momentaneamente. Sua conceitualização é do séc. XIX, se difundindo no século seguinte e disputando a legitimidade da análise científica com o pensamento relativista antropológico. Neste constructo, raça é uma das constituintes da multidão e só décadas depois será pensada como apenas uma de suas variáveis. As ciências comportamentais veem as grandes guerras como simulacro da noção de multidão e buscam diagnosticar a suposta psique das nações, medicalizando o nazismo como neurose coletiva, ora alimentada por uma esquizofrenia coletiva de um “inimigo comum” (o povo judeu), ora estimulada pela liderança carismática (em sentido weberiano) de Hitler. Após a segunda guerra, criticou-se o “espírito” alemão e sua abstenção como responsável pelo holocausto, ávida em se reconstruir economicamente. Dissipava seu antisemitismo (um germe prévio ao holocausto) em argumentos patologizantes de frenesi coletivo ou insanidade induzida, na busca de se abster da culpabilização pelo holocausto.

O debate pós-guerra oscilou entre uma psicopatologia nazista e as retóricas genéticas. A partir do debate de 1946 sobre as reparações ao povo judeu, os argumentos racialistas ressurgem na arena pública, atribuindo os traumas sofridos nos campos de concentração à uma pré-disposição genética dos mesmos. Uma vitória só viria em 1951 e graças a argumentos econômicos frente às expropriações de bens sofridas pelas famílias sobreviventes.

O fim da segunda guerra fomenta a autoridade das ciências sociais europeias em explicar os conflitos da época, inclusive, em 1940, o próprio governo americano se preocupou em compreender os efeitos da colonização sobre a psique indígena, grupo pouco importante na agenda das políticas governamentais. Estudos sobre falta de representatividade, segregação racial e desigualdade social mostravam o impacto psicológico nas crianças negras e na internalização do ódio pela população: deslocava-se a análise para os efeitos patológicos nas vítimas, não mais sobre a psique dos agressores.

A análise crítica dos contextos totalitários e segregacionistas raciais floresce no pós-guerra, conjugando tanto a análise social quanto uma espécie de patologização de origem social. Em 1950, Arendt e Adorno analisam o fascismo como uma pré-disposição generalizada, dependente de um contexto histórico propício e ânimo social que fosse ao seu encontro e não somente uma manifestação histórica pontual. Rejeitavam as explicações psiquiátricas e genéticas da multidão e da pré-disposição biológica dos fascistas em si. Há, neste período, dois ramos de análise sobre a questão racial: o que se preocupava com as consequências patológicas do preconceito e o que buscava diagnosticar o racismo como enfermidade patológica em si. As técnicas governamentais e suas políticas públicas misturam ambas perspectivas, buscando aliviar o impacto do racismo sem deixar de pensar a questão racial sob a ótica da patologia.

A década de 60 vê crescer a tentativa de incluir formalmente o fanatismo extremo nos manuais diagnósticos (DSM), juntamente com os estudos comportamentais focados nas consequências psicológicas do racismo, ainda enviesados racialmente e ignorando a dinâmica cultural. Outros paradigmas surgem para explicar as diferenças étnico-raciais, mas a perniciosidade do conflito grupal é ainda ignorada. Gilman e Thomas identificam aí não só uma falha metodológica, mas axiomática: sem alinhar conceitualmente as trajetórias individuais e dinâmicas coletivas, criava-se uma narrativa científica contraditória entre os impactos psicológicos sobre as minorias com a renovada teoria da “multidão”, vista agora como catalisadora de uma propensão à violência extra-grupal (já presente na sociedade e não mais um alibi para o processo civilizatório). Difunde-se a noção de uma “sociedade doente”, caminho tímido de aceitação para teoria de Arendt sobre o *ethos* racial-fascista prévio ao racismo em si.

A obra se inicia e desagua discutindo o pensamento investigativo atual, representado pelo experimento de Oxford sobre os inibidores hormonais e a busca pela pílula contra o ódio, representação de um renovado medicalismo social. Sinaliza este empreendimento como uma renovação dos aspectos primais da ciência do séc. XIX. O discurso medicalizante de nossa época, ao invés de se repensar em suas falhas de lógica inerente à elaboração das problemáticas sociais (fazer as perguntas certas), busca redenção pelo insucesso em explicar e gerenciar as dinâmicas raciais/racistas de sua época. Vê o avanço biotecnológico atual como possibilidade de redenção de seus fracassos e uma chance de dominação tardia pela retórica da eficiência.

O pensamento de Arendt continua atual, principalmente na corrida pela excelência científica norte-americano: ainda se busca o “gene” (metafórico ou não) do racismo, uma simplicidade causal de simples apreensão de métodos complexos, mas que ignoram a dinâmica histórica da sociedade. A possibilidade de enxergar o etnocentrismo como motor das desigualdades é enterrada, por má fé ou simples interesse de manutenção hegemônica, talvez pelo medo de percebermos a tendência à segregação em todos nós e as dificuldades de se pautar uma cultura cívica mais igualitária. Um medo de reconhecer o nosso “[...] passado que sobrevive no atual e que tende a se perpetuar no porvir ao se atualizar nas práticas estruturas de acordo com seus princípios” (Bourdieu, 2009: 91). As atuais más condições dos guetos negros e a violência policial são ecos da pouca importância que o Estado tem com as populações afro-americanas.

Para além de um pensamento científico, os autores argumentam como o racialismo se

torna uma realidade palpável, instaurada na vida das pessoas e quase sempre de forma negativa às minorias: racismo como produtor de patologia também como patologia em si do próprio agressor. O discurso médico contemporâneo, em seus avanços, “sequestra” a ciência como conciliadora dos conflitos sociais, justamente quando estes são aceitos em suas origens culturais. Assim, Hooks (2013) mostra como talvez nem sempre a população atingida por esta desigualdade percebe em termos exatos o que lhes aflige, mas há sempre um senso de deslocamento e um não-pertencimento identitário que deixa marcas e limita caminhos, resultado desta hibridização perversa da ciência na cultura.

Contemporaneamente, a obra transparece o avanço científico e sua influência na administração estatal, em conluio iluminista a ditar a busca pela “verdade” inata aos fenômenos sociais. Esta investida molda tanto seu objeto (raça/racismo) quanto a gama de ação dos aparelhos ideológicos de estado, mesmo aparentando objetivos diferentes, carregando em seu discurso de poder técnicas similares de dominação (Althusser, 1980), como nos exemplos das políticas segregacionistas americanas (*apartheid*, esterilização forçada e proibições de relações sexuais-afetivas inter-raciais) e importadas pela Alemanha eugenista do entre guerras. Deliberadamente ou não, os poderes constituídos das ciências médicas, psi e, em parte, as ciências sociais e comportamentais, insistem em ignorar a persistência histórica do racismo como *modus operandi* das épocas, concluem os autores.

Seu resgate histórico nos mostra que a individualização da discussão nos casos isolados das manifestações de violência ignorou a constituição histórica de cada época, suas estruturas etnocêntricas resultantes do iluminismo europeu e sua importação falha para o outro lado do atlântico. Patologias são condições de anormalidade comportamentais. Uma das maiores contribuições de Gilman e Tomas é justamente nos mostrar que, infelizmente, não há nada de anormal ou raro nas atitudes etno-racistas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. 1980. *Posições II*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

BOURDIEU, Pierre. 2009. *O senso prático*. Petrópolis, RJ. Vozes.

GILMAN, Sander; THOMAS, James. 2016. *Are Racists Crazy? How Prejudice, Racism, and Antisemitism Became Markers of Insanity*. NYU Press: New York.

HOOKS, Bell. 2013. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo, SP. Martins Fontes.

Recebido em 9 maio 2017

Aceito em 3 jul. 2017